MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROSDirecção Geral dos Negócios Comerciais
e Consulares

1.ª Repartição

Em 20 do mês próximo findo foi notificada ao Governo Belga a adesão das colónias portuguesas às Convenções Internacionais de Direito Marítimo, assinadas em Bruxelas em 23 de Setembro de 1910, e publicadas no *Diário do Governo* n.º 187, de 1913.

Direcção Geral dos Negócios Comerciais e Consulares, em 6 de Agosto de 1914.—*A. F. Rodrigues Lima.*

MINISTÉRIO DO FOMENTO

Direcção Geral de Obras Públicas e Minas

Repartição de Caminhos de Ferro e Pessoal

PORTARIA N.º 211

Manda o Governo da República Portuguesa, conformando-se com o parecer do Conselho de tarifas, que o prazo concedido pelas tarifas em vigor, para os transportes em grande e pequena velocidade nos caminhos de ferro do continente da República, seja temporariamente elevado ao dobro.

Esta disposição é aplicada a todas as linhas férreas do Estado e às exploradas por Companhias que dela queiram usar, ressalvando-se as remessas dos artigos sujeitos a deterioração.

Dada nos Paços do Governo da República, e publicada em 11 de Agosto de 1914.—O Ministro do Fomento, *João Maria de Almeida Lima.*

MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS

Direcção Geral de Fazenda das Colónias

Repartição de Fazenda das Colónias da África

DECRETO N.º 746

Atendendo a que o decreto de 20 de Março de 1906, no artigo 3.º, garantiu ao algodão em rama ou em caroço, produzido nas províncias ultramarinas, a isenção de direitos de exportação, durante quinze anos;

Considerando que a Companhia da Zambézia, desenvolvendo a cultura do algodão nos distritos de Quelimane e Tete, contribui para o desenvolvimento agrícola da região, e realiza uma tentativa digna de todo o auxílio;

Considerando que a cultura do algodão na Zambézia não é remuneradora de forma a poder ser sobrecarregada com os impostos criados pelo decreto de 7 de Julho de 1913;

Usando da faculdade concedida ao Governo pelo artigo 87.º da Constituição Política da República Portuguesa:

Hei por bem, sob proposta do Ministro das Colónias, ouvido o Conselho Colonial e o de Ministros, decretar o seguinte:

Artigo 1.º O algodão em rama ou em caroço, produzido nos distritos de Quelimane e de Tete, fica isento dos impostos especiais criados pelo decreto de 7 de Julho de 1913.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrário.

O Ministro das Colónias assim o tenha entendido e faça executar. Dado nos Paços do Governo da República, e publicado em 11 de Agosto de 1914.—*Manuel de Arriaga*—*Alfredo Augusto Lisboa de Lima.*